

"Acordo só valorizou a dívida"

O economista Petrônio Portella Filho desapontou como o principal personagem na área econômica, na última semana, depois que obteve, com exclusividade, o protocolo — a term-sheet — de negociação da dívida externa acertado entre o Governo brasileiro e os credores internacionais. O ministro da Fazenda, Mário Nóbrega, havia divulgado, no dia 22 de junho, somente um resumo da term-sheet cujo teor abrangeu 170 páginas. De posse do protocolo de negociação, que conseguiu em condições especiais, Portella, na quarta-feira, distribuiu uma versão resumida à imprensa, deixando claras as divergências entre o documento distribuído pelo titular da Fazenda e o documento original assinado com os credores.

Na versão, bastante resumida, do acordo distribuída por Mário Nóbrega, ficaram omitidos pontos considerados capitais no acordo inserido na term-sheet, como, por exemplo, o fato de que o País somente receberá recursos dos bancos se cumprir à risca os acordos microeconômicos financiados pelo Banco Mundial. As parcelas dos empréstimos somente serão liberadas com aval do Fundo Monetário Internacional, caso o acordo com este esteja sendo cumprido.

Outra questão polêmica: Mário Nóbrega havia divulgado oficialmente que o País começaria a pagar o principal da dívida externa somente depois de 1995. Na term-sheet, porém, está dito que o Brasil começará a pagar — down payments — o principal a partir de 1991. Mais: o esquema de conversão da dívida em investimento foi incluído de forma definitiva no protocolo, fato que poderá criar perturbações incômodas ao processo inflacionário, e os reemprestimos (relending) que os credores dispõem no Banco Central serão aplicados de forma bastante flexível, ao contrário das informações anteriormente fornecidas pelos negociadores oficiais da dívida externa com os credores.

Formado em economia pela Universidade de Brasília, em 1978, pesquisador do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/SEPLAN), entre 1977 e 1985, formado em grau de Master of Science pela University of Minnesota, nos EUA, onde residiu por 3 anos, assessor legislativo no Senado Federal, mediante concurso, filho do ex-senador Petrônio Portella, o economista Petrônio Portella Filho, 32 anos, doutorou-se na Universidade de Campinas, no ano passado, com o trabalho que se transformou em livro, "A Moratória Soberana", e, atualmente, é o principal assessor para assuntos da dívida externa na Comissão do Senado, que estuda o assunto.

Em entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE ele considerou prejudicial ao Brasil a negociação acertada entre o Governo e os credores, porque ela valorizou a dívida que estava se desvalorizando, e previu que o programa de ajustamento ditado pelo FMI não promoverá o crescimento. Pelo contrário, aprofundará, disse, a recessão. Ele só não disse como conseguiu a



Petrônio Portella Filho: "Foi um péssimo negócio"

term-sheet que o ministro Mário Nóbrega recusou a encaminhar à Comissão do Senado e poderá azedar as relações entre ambos.

Você concorda com declarações do ministro da Fazenda de que o Brasil fez o melhor acordo da história com os credores internacionais, na renegociação da dívida externa?

— Evidentemente, não. Inicialmente, não podia dar uma posição abalizada sobre o acordo porque o ministro se negou a encaminhar ao Senado Federal o protocolo — term sheet — de negociação acertado com os credores. Era uma negociação quase clandestina. O ministro se dignou a divulgar notas dando conta apenas dos pontos positivos. Posteriormente, conseguimos obter uma cópia do protocolo e constatamos que o acordo não é favorável ao País. O ministro omitiu à Nação questões importantes, relegou ao esquecimento os pontos problemáticos e ressaltou apenas os pontos positivos.

Por que pagar o principal da dívida antes de vencido o prazo de carência de 8 anos, conforme garantiu o ministro Mário Nóbrega?

O protocolo acertado com os bancos é draconiano aos interesses nacionais. O País começará a pagar o principal nas seguintes condições: 5 por cento do total vencido em 1991, 10 por cento em 1992 e 15 por cento em 1993. Mário Nóbrega informou à Nação que o pagamento começaria em 1995. Uma verdadeira. O Governo não negocou bem essa questão, levando em conta que os juros flu-

tuantes incidentes sobre a dívida nos últimos anos foram extorsivos.

O acordo saiu em tempo relativamente rápido, oito meses. Qual sua análise sobre este aspecto da negociação?

Analisei diversos casos de moratória em vários países e constatei que existem casos de negociação da dívida que tenham sido rápidos. No momento em que o ministro decidiu renegociar a dívida em tempo recorde, ele abriu mão daquele que costuma ser o mais valioso instrumento de negociação dos devedores, o tempo. Não é de se admirar, portanto, que ele tenha concluído um acordo tão desfavorável ao País.

Mas, ele insiste em dizer que foi o melhor acordo já firmado com os credores por um país devedor...

Se foi um acordo tão bom, por que ele se negou a encaminhar ao Senado o protocolo da negociação e comparecer perante os senadores para discutir os termos da negociação?

A negociação concluída com os credores, sob responsabilidade de Mário Nóbrega, leva o País para onde?

A um beco sem saída. A negociação com os credores valorizou a dívida que estava se desvalorizando no mercado secundário. A desvalorização chegou a atingir a marca recorde de 61 por cento do valor facial, quando antes da moratória o desconto se situava em 24 por cento no valor facial. Ou seja, Mário Nóbrega valorizou a dívida que estava se desvalorizando.

Mas, a moratória não foi um fracasso?

Durante os nove meses de moratória, o Brasil normalizou o seu comércio internacional, pagou em dia suas dívidas prioritárias excluídas da moratória e aumentou suas reservas internacionais de 3,3 bilhões de dólares para 4,9 bilhões de dólares, um aumento de 50 por cento de suas disponibilidades de caixa. O País não sofreu prejuízos, mas, sim, os bancos.

Antes se dizia que o País ficou marginalizado pela comunidade financeira internacional porque decretou a moratória. Agora que a moratória é coisa do passado, os bancos voltarão a emprestar ao País?

Qualquer pessoa medianamente informada, todos os economistas, sabe que não haverá dinheiro novo dos bancos. Eles se cercaram de todas as garantias, amarraram o Brasil ao Banco Mundial, ao FMI e ao Clube de Paris, os títulos da dívida que estavam se desvalorizando voltaram a se valorizar, estão conseguindo rolar as dívidas de acordo com as condições que atendem aos seus interesses. Mário Nóbrega vai conseguir repetir a carreira bem-sucedida do ex-ministro Mário Henrique Simonsen: deverá ser nomeado, depois desse acordo, diretor do Citibank.

A continuidade da moratória não traria retaliações inevitáveis e isolamento crescente do País junto à comunidade financeira internacional?

Discutir pagamento de juros e desconto da dívida faz parte de uma negociação soberana. A dívida encontra-se absurdamente valorizada. Os credores cobraram taxas de juros extorsivas e aumentaram a dívida através do mecanismo da taxa de juros flutuantes, cláusula considerada leonina pelos juristas brasileiros. Portanto, tinha que ser anulada. Quanto à proclamada retaliação dos credores, analisei todos os tipos de retaliações. A dívida é incobrável judicialmente, os bancos não têm condições de apreender exportações nem confiscar reservas do Banco Central.

O Brasil sofreu ou não isolamento depois da moratória?

Chegou a ser ensaiado timidamente um boicote financeiro no início da moratória, mas o País conseguiu manter normalizada as relações com os credores.

Por que, então, a moratória calou?

Não foi por motivos técnicos que o País saiu da moratória, mas por motivos políticos. Os grupos ligados à exportação e os meios financeiros fizeram uma forte aliança política para contrapor a orientação da cruzada nacionalista em defesa do crescimento nacional. Além disso, a moratória foi decretada em circunstâncias inóportunas, três meses depois do fracasso do Plano Cruzado, no momento em que a popularidade do Governo estava no seu nível mais baixo, depois do fim do congelamento.

E o argumento de Mário Nóbrega de que o País sofreu um prejuízo de 5 bilhões de dólares com a moratória?

Esse argumento é totalmente falacioso. Os números de Mário Nóbrega foram tirados de sua cartola. Ele e sua equipe não se preocuparam em divulgar trabalhos técnicos que tornassem transparente a misteriosa contabilidade que originou esse prejuízo de 5,2 bilhões de dólares.